

**HISTÓRICO E IDENTIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MELANCIAS:
RESISTÊNCIA E MEMÓRIA SOCIAL****HISTORY AND IDENTITY OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF MELANCIAS:
RESISTANCE AND SOCIAL MEMORY****HISTORIA E IDENTIDAD DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE MELANCIAS:
RESISTENCIA Y MEMORIA SOCIAL**

<https://doi.org/10.56238/ERR01v11n1-001>

Maria Auricélia Alves

Especialista em Metodologias do Ensino de História
Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: malves.auri@gmail.com

Zulene Maria Maia da Silva

Especialista em Docência do Ensino Superior
Instituição: Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP)
E-mail: zulenemariamaia12@gmail.com

Aldemiza Correia da Silva

Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis
Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
E-mail: aldemizacorreia2020@yahoo.com

Meiriane da Silva Pinheiro

Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis
Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
E-mail: meirianehistoriadora@gmail.com

Joaquim Silva Pereira

Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis
Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
E-mail: joaquimsilpper@gmail.com

Ana Luiza de Oliveira Castro

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis
Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
E-mail: analuizacastro@aluno.unilab.edu.br

Fernanda Alves Lopes

Graduada em Pedagogia
Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: fal.lopes97@gmail.com

José Leonardo Faustino Freitas

Graduado em Matemática

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: leomaia.leonardomaia2010@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é relatar a trajetória da comunidade Quilombola de Melancias, sua organização social, práticas culturais e o processo de reconhecimento como território quilombola. Para tanto, o estudo, de natureza qualitativa, utilizou técnicas de observação direta, entrevistas semiestruturadas e análise documental, realizadas na Comunidade Quilombola de Melancias, localizada às margens da BR-116, no município de Ocara/CE. A análise dos dados foi conduzida por meio da triangulação, em perspectiva cronológica, destacando os principais marcos do processo de criação, organização e reconhecimento da comunidade.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Memória Social. Resistência.**ABSTRACT**

The objective of this article is to report on the history of the Quilombola community of Melancias, its social organization, cultural practices, and the process of recognition as a quilombola territory. To this end, the qualitative study used direct observation techniques, semi-structured interviews, and document analysis, carried out in the Quilombola community of Melancias, located on the banks of the BR-116 highway in the municipality of Ocara, Ceará. Data analysis was conducted using triangulation from a chronological perspective, highlighting the main milestones in the process of creating, organizing, and recognizing the community.

Keywords: Quilombola Community. Social Memory. Resistance.**RESUMEN**

El objetivo de este artículo es relatar la trayectoria de la comunidad quilombola de Melancias, su organización social, sus prácticas culturales y el proceso de reconocimiento como territorio quilombola. Para ello, el estudio, de naturaleza cualitativa, utilizó técnicas de observación directa, entrevistas semiestructuradas y análisis documental, realizadas en la comunidad quilombola de Melancias, situada a orillas de la BR-116, en el municipio de Ocara/CE. El análisis de los datos se llevó a cabo mediante triangulación, en perspectiva cronológica, destacando los principales hitos del proceso de creación, organización y reconocimiento de la comunidad.

Palabras clave: Comunidad Quilombola. Memoria Social. Resistencia.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são, no Brasil, consideradas espaços importantes de preservação da memória e da cultura de povos historicamente marginalizados. Nesse contexto, tais comunidades foram formadas por descendentes de escravos que buscaram garantir sua sobrevivência tendo como esteio a luta pela terra. Com efeito, o sentimento coletivo de sobrevivência possibilitou a criação e a consequente manutenção de práticas religiosas e culturais próprias, reveladoras da diversidade étnica nacional (Ramalho, 2024).

Notadamente, para que essas comunidades pudessem, de fato, serem reconhecidas juridicamente como sujeitos de direitos, isto é, para que pudessem gozar dos direitos estabelecidos pelos estatutos legais preconizados no país, tendo acesso às políticas públicas relacionadas à proteção da terra e valorização de práticas culturais/religiosas tradicionais, foi necessário o reconhecimento oficial da posse das terras pela Carta Magna de 1988 (Brasil, 1988; Brasil, 2003).

Sob esse prisma, a partir desse marco legal juntamente com as legislações supervenientes, as comunidades quilombolas começaram a organizar-se como associações comunitárias cujos objetivos são a garantia de direitos sociais para os povos historicamente privados de direitos (Abreu, 2016).

Com efeito, esse processo de organização social das comunidades quilombolas ocorreu em todo o território nacional, preservando-se as características sociais e culturais advindas da ancestralidade de cada região em que esses povos se estabeleceram (Côrrea, 2023).

No município de Ocara, localizado na região do Maciço de Baturité, Estado do Ceará, situa-se, a comunidade quilombola de Melancias, com suas particularidades históricas e culturais, onde a resistência e a luta pela manutenção das tradições permanecem patentes.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo relatar a história da Comunidade Quilombola de Melancias, destacando sua origem, organização social, práticas culturais e o processo de reconhecimento como descendentes de quilombo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente falando, mediante a estudos, no final do século XIX, com a efervescência da industrialização e o acúmulo do capitalismo, os países escravocratas, bem como o Brasil percebem a necessidade para concretizar a libertação dos escravos, uma vez que a resistência dos grupos estava causando prejuízos nas produções, de modo peculiar, os fugitivos que formavam os quilombos.

No entanto, somente no século XXI se evidenciam políticas públicas de efetivação à certificação com base legal na legislação, que assegura o processo de demarcação e titularização das terras quilombolas no Brasil. Os povos remanescentes, ainda hoje, enfrentam as dificuldades políticas, sociais, econômicas e raciais na manutenção de sua identidade cultural. Segundo Silva e Lima (2019),

as comunidades quilombolas se ampliam politicamente e se manifestam como comunidades negras rurais.

É importante lembrar que foram inúmeros os desafios enfrentados pelos negros para assegurarem direitos constitucionais que, de fato, se legitimasse a efetivação dos quilombos, direitos esses, ainda negados na sociedade contemporânea devido o preconceito étnico racial arraigado na história brasileira.

Cientes dos direitos conquistados pela população menos favorecida desde o advento da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas buscam o reconhecimento das suas práticas culturais e o direito de viver em seus territórios. Porém, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas no reconhecimento desses direitos. Desse modo, o estado do Ceará, assim como outros estados do país, também é afetado pelas políticas da morosidade assistencial. Nos últimos anos, as reivindicações destas comunidades na região têm se intensificado juntamente com integrantes do Conselho de Igualdade Racial do Ceará, em busca de valorização social, étnica e cultural.

Ao estudar as comunidades quilombolas, é possível caracterizá-las como grupos com trajetória histórica própria, oriundas das mais diversas situações que se destacam pelo exemplo peculiar de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas, por meio das quais as terras podem ser negociadas pelos próprios moradores, evidenciando o fim do sistema escravista; as terras podem ser adquiridas através de diferentes negociações: trocas, prestação de serviços; por meio de resistência ao sistema escravista. De qualquer modo, o território deve ser a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade (Ceará, 2015).

No Ceará para compreender e conhecer os quilombos é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que incluem: “emigração da zona rural para urbana ou suburbana, as fugas com ocupação de terras geralmente isoladas e desocupadas, heranças, doações, recebimento de terras como formas de pagamentos de serviços prestados ao Estado” (DANTAS, 2011, p. 264). Pois, discute-se que a fixação da população negra no Ceará foi influenciada pela dinâmica da produção de gado, couro e carne de sol nos primórdios da produção escravista, mas também atividades “de cana de açúcar, engenho de rapadura, algodão e mineração, navegação, transporte de mercadorias e construções urbanas [...] o que implicou no estabelecimento de comunidades rurais e urbanas de população de africanos e descendente”. (SILVA, 2018, p. 16), evidenciando um amplo campo de organizações do território quilombola. (Silva; Lima, 2018, p. 8).

Nesse sentido, os remanescentes buscam seu espaço na sociedade, interligando suas práticas de cidadania e respeito, tentando superar os desafios tão marcantes pelas desigualdades sociais que ainda existem entre negros e brancos. Imersos nestes paradigmas de exclusões e preconceitos devem se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de sua participação inclusiva e democrática, sem amarras de grupos dominantes que, de certo modo, ainda reinam na contemporaneidade.

Vale ressaltar que a resistência dos refugiados e a luta para tornar seus direitos assegurados em

políticas públicas foram direitos negados secularmente, visto a fúria do opressor em dominar os negros, as negras, as crianças, os jovens, os adultos e os velhos por mão de obra escravizada; “em 1888, o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão” (Malachias, 2007, p. 31). Porém, o Ceará se adiantou e começou o processo de libertação dos escravos em 25 de março de 1884, sendo que a cidade de Redenção se adiantou e, em 01 de janeiro de 1883, tornou libertos os povos escravizados nessas terras, a pioneira nesse legado histórico, fato este, que hoje é contado no museu senzala Negro Liberto, que rememora todo o percurso histórico da época, inclusive a praça da liberdade local onde acontecia a negociação dos escravos, onde foi erguido o pelourinho, o monumento da Negra Nua, entre outros locais de memória, de sofrimento, mas também de resistência dos povos escravizados. As construções históricas documentam e elucidam a memória de um povo.

Em reparação aos tempos de negação dos direitos dos negros, a cidade de Redenção foi contemplada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, com a Unilab¹, universidade que integra os negros de países que foram escravizados e africanos, com direito a cotas e a bolsas de estudo a nível superior, fazendo intercâmbios em terras brasileiras. Assim, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), instalada desde 2010 na cidade de Redenção/CE, destaca-se por ter sido pioneira na abolição da escravatura no Brasil (Ceará, 2014, p. 126).

Visualizando os anos das publicações, torna-se visível que os decretos de políticas públicas e a valorização da cultura dos quilombolas tiveram ênfase durante os governos dos Presidentes Lula e Dilma, época de fomento à inclusão social, ao acolhimento e a oportunidades aos menos favorecidos, de modo especial aos africanos, aos indígenas e aos quilombolas, os quais são reportados neste trabalho de pesquisa.

Durante a pesquisa, percebe-se que existem muitos quilombos que tiveram suas origens a partir das rupturas de fugas no período da escravidão, outros, porém, originaram-se séculos depois, quando os descendentes de quilombolas foram motivados a se inteirar dos seus direitos, reconhecer sua identidade cultural e lutar pela certificação do território, primeiro desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e reconhecido pelo Ministério da Cultura Palmares. Assim:

Os quilombos nem sempre teriam sido constituídos a partir de movimentos de ruptura com a escravidão, mas também por grupos que desenvolveram práticas cotidianas de manutenção-reprodução de seus modos de vida característicos, através da consolidação de um território próprio. (Fiabani, 2005, p. 29).

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.



É possível conhecer como exemplo de quilombo que surgiu séculos depois da escravidão propriamente dita, o Quilombo de Lagoa das Melancias, Ocara - CE, que se originou a partir da memória, do incentivo, do conhecimento e do reconhecimento, elucidado, a partir da oralidade, o qual parte de uma ancestralidade de escravos, visto que as terras existentes e de pertencimento desses povos devem ser reconhecidas e certificadas pelo Ministério da Cultura Palmares para incorporarem a identidade de remanescentes de quilombolas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Ibge, 2010), Ocara localiza-se entre serras e sertões, pertencente à microrregião do Maciço de Baturité, a 85 quilômetros da capital, Fortaleza. O município é formado por 24.007 habitantes, em uma área de 765,37 km², sendo uma cidade bem jovem, atualmente, com apenas 38 anos de emancipação. Como o próprio nome caracteriza, a cidade foi terreiro indígena, pois além de ser repassada a história oral dos mais velhos, encontram-se vestígios e utensílios utilizados pelos ancestrais, bem como por pessoas descendentes próximas de etnias indígenas e povos quilombolas. O topônimo “Ocara” vem do tupi-guarani e significa palco, terreiro, ou terraço de aldeia, ou taba. Sua denominação original era Jurema, passando a chamar-se Ocara em 1943. Sua base econômica é a agricultura de subsistência e a produção da castanha de caju (Pinheiro; Xavier; Reis, 2020, p. 131).

A história da comunidade traz consigo a riqueza dessa herança cultural, da resistência, da luta por dignidade e da garantia de direitos. Isto posto, buscou-se conhecer de perto a identidade cultural presente nos quilombolas que vivenciam as práticas culturais do manuseio da terra, dos alimentos naturais, do conhecimento e do uso das plantas medicinais; a luta corporal e expressiva presente na arte da música e da dança na roda de capoeira; a história oral presente nas rodas de conversas; o uso das tranças e os nós na arte do cabelo rastafári; o uso e o manuseio dos artefatos (Pinheiro, 2022).

Vivências essas que representam a ancestralidade, a economia sustentável do artesanato como renda complementar do trabalho das mulheres secularmente disseminado na sociedade como competência da ocupação feminina (mulher vista como cuidadora do lar, dos afazeres domésticos e dos cuidados com o esposo e os filhos, trabalho de resistência, porém de inferioridade). Encontrou-se a existência desses povos na cidade de Ocara, comunidade denominada Lagoa das Melancias, reconhecida e definida como povos quilombolas através de certificado e certidão expedidos no dia 27 de outubro de 2011, pelo Ministério da Cultura, através do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro e Associação Fundação Cultural Palmares, representados respectivamente por seu diretor, Alexandre Anunciação dos Reis, e por seu presidente, Elio Ferreira de Araújo (Brasil, 2011).

Destarte, a comunidade apresenta uma geografia limítrofe, desprovida de recursos, economicamente falando, sobrevivem da agricultura de subsistência, da colheita da castanha e do caju, do trabalho do grupo de mulheres que desenvolvem o artesanato como forma de sustentabilidade. Com

assistência limitada de políticas públicas na garantia da qualidade de vida. Contudo, agradecem a conquista de ter a terra para trabalhar, assegurando a moradia e a sobrevivência da comunidade, mesmo tendo que buscar recursos incansavelmente, como podemos perceber adiante na escrita dos resultados da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Para a efetiva consecução do objetivo proposto, realizou-se um estudo de natureza qualitativa, tendo como premissa a descrição analítica de fenômenos etnográficos e históricos, nos moldes propostos por Gil (2019; 2022).

Constitui-se como cenário da pesquisa a Comunidade Quilombola de Melancias, situada “na estrada de rodagem”, como os habitantes locais denominam a rodovia BR-116. A comunidade tem início no quilômetro 81 e se estende até o quilômetro 83, sendo dividida quase ao meio pela rodovia federal. A distância média até a sede das cidades circunvizinhas é de 17 km para Chorozinho, 26 km para Ocara, 75 km para Cascavel e 84 km para Morada Nova.

Figura 1 – Mapa de Ocara com a localização da Comunidade de Melancias



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

As terras de Melancias apresentam os seguintes confrontos e limites: ao norte, a BR-116, a Fazenda Cione, distante 9 km, e a Lagoa do Feijão, distante 500 metros; ao sul, Juazeiro do Raposo, a 4 km; ao leste, a Fazenda do Jozias, a 1,5 km, e o Sítio Moradas, a 13 km; e a oeste, a Lagoa Nova dos Firminos, a 4 km.

Figura 2 – Vista aérea da Comunidade de Melancias



Fonte: Google Earth (2025).

Os dados foram obtidos mediante as técnicas de observação direta, entrevista semiestruturada e análise documental, conforme preconizado por Gil (2019). Efetivamente, o processo de observação ocorreu mediante visitas à comunidade local, o que possibilitou o registro das atividades desenvolvidas pelos moradores, bem como das características de organização social e política da comunidade.

As entrevistas, por seu turno, foram realizadas com líderes locais e moradores históricos representantes da associação, com o fito de auferir dados relevantes acerca do processo de formação sócio-histórico da comunidade quilombola e da manutenção de práticas culturais desenvolvidas por eles.

Por fim, empreendeu-se, ainda, a pesquisa documental, cujo fito foi analisar os documentos formais que suportam e reconhecem a legitimidade da comunidade quilombola, bem como atestam os dados obtidos mediante as entrevistas e observação.

Os materiais obtidos com os instrumentos de coleta foram sistematizados a partir da técnica de triangulação de dados, conforme preconizado por Bueno e Alves (2020), com base em uma perspectiva cronológica de acontecimento dos fatos, com ênfase nos acontecimentos mais relevantes para o processo de criação, manutenção e reconhecimento da Comunidade Quilombola de Melancias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto à origem da denominação, existe uma explicação bastante plausível. O nome Melancias surgiu a partir da abundância do fruto na localidade, mais precisamente nas proximidades da lagoa existente no lugar. Os caçadores, ao procurarem áreas de caça, identificavam-a como Lagoa das Melancias.

A comunidade ainda não conseguiu datar com exatidão a chegada dos pioneiros, presumindo que os primeiros moradores se instalaram em Melancias há cerca de 100 anos. Conforme depoimento do senhor Cícero Bastos, as terras foram compradas de “Dona Maria Clara”, no ano de 1930, por João Bastos da Costa, seu avô, conhecido como Batista.

Na época, residia em um sítio em Cascavel com a esposa, Joana Bastos, e alguns filhos, cultivando principalmente roça e cana. Então, construiu a primeira casa do lugar, no lado de Cascavel. Inicialmente, a família apenas visitava as terras, mas logo fixou residência em Melancias. Da antiga casa restam apenas lembranças. O casal formou uma família de doze filhos, dos quais descendem os quilombolas: Benedito, Antônio, João, João de Deus, Maria, Francisca (conhecida como Santa), Raimundo (Mundoca), José, Francisco, Sebastiana, Pedro e Luís.

A propriedade era extensa, mas uma parte foi vendida. Cada um dos filhos recebeu uma porção para estabelecer sua moradia e garantir seu sustento. Alguns moradores listam também Benedito Batista da Costa e sua mulher, Maria de Jesus Ferreira da Costa, como uma das primeiras famílias a morar nas terras. Benedito era filho de João Batista e seus oito filhos “nasceram e se criaram” em Melancias. Posteriormente, a vida se encarregou de apresentar os diferentes caminhos e horizontes a serem trilhados. Alguns deles se mudaram para Fortaleza e Rio de Janeiro, embora realizem visitas periódicas aos familiares.

As terras que ainda estão sob a posse dos moradores foram certificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A agricultura praticada é para subsistência. Nas terras se cultiva feijão, milho e jerimum. Do cajueiro gigante é colhida a castanha de caju, que é vendida sem beneficiamento. Nos quintais criam galinhas caipiras e cabras.

Figura 3 – Moradias na Comunidade de Melancias



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

No total, a comunidade é constituída por 29 famílias, com aproximadamente 100 moradores. Existem em média 50 casas do lado de Ocara e 70 casas do lado de Cascavel.

100 100
110 110
100 100
10101 10101
11 10011
100 11010
101100 101
10101

Figura 4 – Roda de conversa com moradores da Comunidade



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

4.1 MELANCIAS – UM TERRITÓRIO DIVIDIDO

Seus moradores conhecem, como poucos, o desafio de viver em um território limítrofe: de um lado pertencente a Ocara e, de outro, ao município de Cascavel. A estrada de rodagem marca esse limite. Ela separa municípios, escolas, igrejas e eleitores: “os do lado de lá” e “os do lado de cá”. Entretanto, não é capaz de dividir o sentimento de pertencimento a uma mesma família, de compartilhar uma história comum ou de partilhar uma condição social. No momento de lutar por direitos e enfrentar problemas coletivos, todos se unem.

A energia elétrica chegou somente em 1997. O sinal de telefonia celular ainda é instável; há apenas uma igreja evangélica (Igreja Batista Shalom Jerusalém) e nenhuma católica. A missa mensal acontece na Escola João de Deus, no lado de Cascavel, já desativada há algum tempo.

Figura 5 – Igreja Batista Shalom Jerusalém



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

Figura 6 – Escola João de Deus (Desativada)



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

Melancias não dispõe de escola, unidade de saúde, clube de dança, campo de futebol ou cemitério. Também não realiza festividades ou comemorações tradicionais. As festas de São João deixaram de acontecer há muito tempo. Eventualmente, os moradores participam da Festa de São Luís, em Pitombeiras. A coroação de Nossa Senhora já foi promovida por alguns anos, mas deixou de ser realizada quando seus organizadores mudaram de religião. Atualmente, os alunos frequentam a rede pública de Ocara (Cristais e Serragem) ou de Pitombeira, deslocando-se em transporte escolar. O abastecimento de água ocorre por meio de carro-pipa. O atendimento médico é bimestral, realizado na residência de Antônio Batista. A maioria das famílias está cadastrada no Programa Bolsa Família e possui cisterna em casa.

Figura 7 – Imediações da residência de Antônio Batista



Fonte: arquivo pessoal das autoras (2025).

Os moradores apontam como principais problemas o difícil acesso à água, a falta de emprego e de geração de renda, além da ausência de opções de lazer e do precário sinal de telefone e internet.

Figura 8 – Cacimba da Comunidade (fonte de água)



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

As profissões mais comuns são: agricultor, pedreiro, pintor de parede e desenhista. Um exemplo de destaque é Genário Alves (17 anos), que teve um desenho de slogan da escola de Serragem selecionado em concurso. No campo do artesanato, destaca-se a produção de peças em crochê. Não há, entretanto, cantadores de viola, emboladores, cordelistas ou sanfoneiros.

Uma característica marcante entre as moradoras de Melancias é o uso do penteado rastafári. A primeira a aprender a técnica foi Regilane Almeida. No início da década de 2000, em visita a amigos de Fortaleza, recebeu instruções em um salão de beleza. Ao retornar a Melancias, passou a ensinar outras interessadas. Rapidamente, muitas mulheres aprenderam e começaram a fazer em si mesmas e em suas filhas, e até mesmo alguns homens dominam a prática. Pessoas de outras localidades já se

deslocaram até a comunidade para aprender o penteado. Em eventos promovidos pela Secretaria da Educação de Ocara também já foram realizadas demonstrações da técnica.

4.2 CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MELANCIAS

Uma forma encontrada para fortalecer a garantia de direitos foi a criação da Associação Quilombola de Melancias, fundada no dia 23 de junho de 2010, com o apoio da então Coordenadora do CRAS de Serragem, a psicopedagoga Rosângela Sampaio. Neste mesmo dia foi aprovado o estatuto e realizada a eleição e posse da diretoria e do conselho fiscal. Atualmente, a associação possui mais de 50 membros.

A luta por direitos e melhorias em Melancias–Ocara iniciou-se com a organização da Associação Quilombola de Melancias. Através de reflexões, percebeu-se a importância de lutar em prol de melhorias para todos, “para que saiam dessa condição de pobreza e assim tenham renda e habitação digna, já que, na comunidade, não há trabalho e ainda existem muitas casas de taipa e sem banheiro” (Fragmento de fala de um morador local).

A presidente da Associação, Regiane de Almeida da Costa, destaca a importância da entidade, explicando:

[é através dela que o grupo permanece] organizado e passa a ter seus representantes para encaminhar suas demandas e solicitações ao poder público, bem como uma forma de resgatar e preservar a memória dos antepassados dos moradores, em sua maioria negros, descendentes de escravos, que trabalhavam nos engenhos e lavouras do município de Cascavel, relatando histórias acerca desse período e guardando objetos que comprovam a veracidade dos fatos, digo, relatos”.

Em 19 de julho de 2011, a presidente da Associação encaminhou à Superintendência Regional do INCRA do Estado do Ceará um requerimento solicitando a demarcação da área denominada Melancias e a expedição do título de reconhecimento de domínio das terras ocupadas, de modo coletivo, como território da população local.

A área, estimada em 1.500 hectares, limita-se ao norte com o município de Chorozinho; ao sul, com Morada Nova; a leste, com Aracoiaaba; e a oeste, com o município de Cascavel. No mesmo documento, a comunidade:

Se reconhece como comunidade de Quilombo. Vivemos neste local resistindo a todos os tipos de dificuldades para manter a unidade de nosso povo, para tanto solicitamos de V.Sa. realizar vistoria em nosso território, para efetivar a titulação tão sonhada pelo povo negro.

O certificado e a certidão da autodefinida comunidade remanescente do Quilombo Melancias foram expedidos no dia 27 de outubro de 2011, pelo Ministério da Cultura, através do Departamento

de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro e da Fundação Cultural Palmares, representados, respectivamente, por seu Diretor Alexandre Anunciação dos Reis e por seu Presidente, Eloi Ferreira de Araújo.

Está registrada no Livro de Cadastro Geral nº 013, registro nº 1.538, fl. 154, nos termos do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e da Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, fl. 29.

É inegável o sentimento de pertencimento dos remanescentes quilombolas de Lagoa das Melancias com o uso da terra, a aproximação com a natureza na luta pela sobrevivência. Uma ação visível da identidade cultural dos primórdios da humanidade que percebe a natureza como fonte de vida, identidade incorporada pela comunidade quilombola de Melancias como prática natural, sendo visível como as políticas públicas ainda não chegam com a mesma proporção em todas as comunidades, de modo especial aos povos que vêm de uma cultura de exploração, negação, exclusão social, reminiscência do passado presente na luta por dignidade humana. (PINHEIRO; XAVIER; REIS, 2020, p. 79).

5 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a Comunidade de Melancias se constitui como um símbolo de resistência histórica, pois, ao passo que enfrenta as adversidades econômicas e sociais desde sua fundação, organiza-se politicamente para garantir a defesa da terra, da cultura e de memória dos seus antepassados. Nessa seara, a partir de seu reconhecimento oficial como comunidade quilombola, reafirma-se a importância da organização social dessa comunidade para a preservação da cultura de povos historicamente marginalizados.

Em suma, espera-se que, com esta pesquisa, seja possível avançar nas discussões, e as escritas cheguem ao conhecimento do poder público para viabilizar os direitos fundamentais para que a comunidade de Lagoa das Melancias seja contemplada com políticas públicas que fortaleçam a cultura dos remanescentes e torne viável uma vida digna com base na sustentabilidade e na preservação da natureza, possibilitando que os sujeitos sociais ocupem os espaços públicos que a estes devem ser garantidos. Com efeito, as discussões realizadas neste estudo evidenciam tornar visível a comunidade para contribuir com o desenvolvimento dos remanescentes, preservando a cultura e a identidade que caracterizam como quilombolas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social:** caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. São Paulo: Papel Social, 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-lei 4.887, 20 de novembro de 2003. Trata-se da regulamentação fundiária de terras de quilombos e define responsabilidades dos órgãos governamentais. **Diário Oficial da União**, Brasília, Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro. **Certidão de Autodefinição**. Processo nº 01420.003633/2010-7. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.

BUENO, Thaís. ALVES, Marcelli. Triangulação metodológica: conceitos e perspectivas de aplicação. **INTERIN**, [S. l.], v. 25, n. 2, jul./dez. 2020. ISSN: 1980-5276. DOI 10.35168/1980-5276. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342472149_Triangulacao_Metodologica. Acesso em: 27 ago. 2025.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável**. Polo Maciço de Baturité. Fortaleza, CE: PRODETUR, 2014. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2018/09/PDITS-macico-baturite-tomo-II.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CEARÁ. Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem. **Diversidade e Inclusão Educacional Educação Escolar Indígena e Quilombola**. Fortaleza, CE: CDEA, 2015. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Os+quilombos+nol+'Cear%C3%A1&btnG=. Acesso em: 19 nov. 2025.

FERREIRA CORRÊA, Bruna; MARIA CASTILHOS FERNANDES, Rosa. Os quilombos e suas interfaces com o Sistema Único de Assistência Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. e43460, 2023. DOI: 10.15448/1677-9509.2023.1.43460. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/43460>. Acesso em: 24 ago. 2025.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e Pilão**. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão popular, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?** 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

MALACHIAS, R. Cabelo bom. Cabelo ruim! In: Percepções da diferença. Negros e brancos na escola. **Percepções da diferença**. 1. ed. São Paulo: Ministério da Educação, NEINB, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PINHEIRO, M. S.; XAVIER, A. R.; REIS, E. C. Qualidade de vida e sustentabilidade: projeto Amigos Solidários em Ocara, Ceará, Brasil. In: **Sociobiodiversidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: experiências, limites e possibilidades** (Org.). Fortaleza: Imprece, 2020. 128-147 p.



PINHEIRO, Meiriane da Silva. **Práticas culturais sustentáveis Afro-Brasileira: estudo na comunidade quilombola de Melancias em Ocara, Ceará.** Meiriane da Silva Pinheiro. Redençao, Ceará – 98 fl: il. Dissertaçao – Curso de Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – Mestrado Academico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integraçao Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redençao, Ceará, 2022. Orientador: Profº. Dr. Antônio Roberto Xavier, coorientador: Profº. Dr.Carlos MendesTavares.

RAMALHO, Claudilene da Costa. Quilombo é o nosso lugar: a (re)existência quilombola no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea,** [S. l.], v. 22, n. 55, 2024. DOI: 10.12957/rep.2024.79900. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/79900>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SILVA, D.; LIMA, I. C. Quilombos no Ceará: desafios ao acesso de direitos aos territórios. In: CONGRESSO NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILIDADES: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2018, Ceará. **Anais [...] Ceará: GT Africanidades e Brasilidades em Direitos Humanos e Políticas Públicas, 2018.** Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/21873>. Acesso em: 19 nov. 2025.